Ata da centésima quinquagésima oitava Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Estado de Mato Grosso – CONCEL/MT, realizada às 14h30, do dia treze de outubro de dois mil e vinte, no Skype.

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e trinta e três minutos, através da ferramenta virtual de comunicação Skype, os Membros Conselheiros, representantes do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Estado de Mato Grosso – CONCEL/MT **reuniram-se ordinariamente** para discutir e deliberar os seguintes assuntos**: i) Instalação e verificação de quórum; Abertura da sessão pelo Presidente em Exercício do CONCEL/MT; Apresentação pelo Sr. Secretário Executivo da Ata da reunião anterior e consequente aprovação; ii) Apresentação do Cronograma para a Capacitação dos Conselheiros. A Capacitação será realizada através da plataforma TEAMS; iii) Posicionamento da Energisa MT sobre a o Ofício CONCEL/nº 010/20, datado de 13 de julho de 2020, tratando de solicitação da empresa Lúmen Construtora consoante solicitação feita pelo conselheiro José Antônio de Mesquita; iv) Discussão sobre a atualização do PAM – Necessário designar um conselheiro para fazer a atualização; v) Explanação e comentários pelo Consultor Jenner sobre a nova Medida Provisória para amenizar impactos na tarifa de energia; v) Esclarecimentos sobre Ofícios encaminhados a autoridades de MT e; vi) Assuntos Gerais.** A presente reunião contou com as presenças dos Membros Conselheiros, representantes da **FAMATO**, Sr. Edvaldo Belisário dos Santos (titular e presidente em exercício); da **FECOMÉRCIO**, Sr. Marco Antônio Jouan (titular); do **PODER PÚBLICO**, Sr. Ênio Alves dos Santos (titular) e Sr. Teomar Estevão Magri (suplente); do **Consultor Técnico,** Sr. Jenner Ferreira; do **Secretário Executivo Titular do CONCEL-MT**, Sr. Sebastião Carlos de Souza; da **Secretária Executiva Suplente do CONCEL-MT**, Sra. Geizy Gabriel Ferreira e da **Assistente Administrativa do CONCEL-MT**, Srta. Renata Virgínia Sartoreli de Almeida Campos. Com a palavra, o Sr. Edvaldo Belisário, Presidente em exercício do Concel-MT fez a abertura da reunião, leu a pauta, questionou o Secretário Executivo do conselho se haveria algo referente aos informes da secretaria. O Secretário Sebastião informou que não. Dando-se prosseguimento a reunião o Presidente perguntou aos conselheiros se estavam de acordo com a Ata anterior e os conselheiros presentes unanimemente responderam que sim. Devido o consultor técnico ter consulta médica agendada o Presidente fez a inversão de pauta e passou a palavra ao consultor Jenner para explicar sobre a nova Medida Provisória. O Sr. Jenner esclareceu que a Medida Provisória 998/2020 entrou em vigor no dia 02 de setembro e traz algumas considerações com a tentativa de reduzir a tarifa. Expôs que a primeira proposta dela é bastante interessante porque os recursos destinados a pesquisa e desenvolvimento têm sobrado. Então essa medida provisória ela destina 30% desse dinheiro P&D, desde que não comprometa projeto já em andamento. Explanou que atualmente a ANEEL estima em 3,14 bilhões parados lá, sendo assim os 30% hoje entraria na conta CDE. Reiterou que é uma medida interessante porque esse é um dinheiro que raramente fica no Estado, pois é muito comum as distribuidoras contratarem empresas para fazer P&D fora do Estado então é um dinheiro que acaba não circulando, não gerando empregos, dentro do nem conhecimento próprio Estado. Evidenciou que a maneira como vai ser redistribuído a ANEEL vai ter que

regulamentar, mas expôs que falando em termos percentuais imagina que cada Estado vai ter o seu valor e em função do que é destinado para P&D. Evidenciou que a segunda proposta é uma medida que na prática já vinha ocorrendo. A RGR muito embora ela tenha sido extinta, ela foi criada originalmente para pagamento de ativos não depreciados caso se encerre algum contrato de concessão. Afirmou que a medida provisória está reforçando essa condição porém dando como alternativa o uso desse recurso na CDE mas não destaca em que proporção. Frisou que precisarão de conhecimento principalmente a respeito do percentual da RGR porque afinal de conta vai continuar sendo necessário pagar ativo. Destacou que o outro problema que tem agora é a Conta Covid que foi regulamentada também nessa mesma medida provisória com um aporte de R$ 15,3 bilhões bancados pelo consumidor até 2025. Informou que ainda é difícil quantificar o reflexo do lado que puxa tarifa para baixo para o lado que puxa para cima como o caso da Conta Covid. Explanou a outra proposta da MP que ao seu ver é uma medida controversa, pois estabelece que o valor da CDE vai ter que ser igual para os Estados de uma mesma região. Explicou que isso eles fizeram principalmente em função de Acre e Rondônia que tinham níveis de CDE equivalentes ao do Sudeste então eram muito mais altos do que o restante dos Estados da região Norte. Destacou que entende que é uma situação complicada, pois tá correndo risco de criar um subsídio cruzado para um Estado que tem mais consumidores de baixa renda que é subsidiado pela sede em relação ao outro que tenha menos. Explicou outras medidas dentre elas uma que considerou ter um bom impacto para os consumidores do mercado regulado, pois antes a Energia de Reserva era paga pelos consumidores do mercado regulado agora vai ser para o consumidor no mercado regulado e do consumidor livre. Enfatizou que acredita que os consumidores terão um ganho de algo em torno de uns 2 ou 3 pontos percentuais de redução dividindo essa conta com o Mercado Livre. Destacou que a medida provisória está estabelecendo que os descontos que as fontes incentivadas têm hoje só se manterão para aqueles investimentos que forem solicitados nos próximos 12 meses com entrada em operação em 48 meses depois disso não haverá mais esse desconto. Demonstrou que esse desconto os consumidores são se beneficiarão em 2022. A outra proposta da MP é a questão das privatizações, a medida informa que a empresa estadual ou municipal para terem a concessão de 30 anos terão que ser privatizadas até junho de 2021. Explicou mais uma proposta da MP que discorre a respeito dos bens da Eletrobras sobre o que pode ser incorporado ou não nitidamente no sentido de torná-la mais atrativa e para privatização. Afirmou que são essas as medidas que a MP 998 traz e frisou que elas dependem muito de como a ANEEL vai regulamentar. Se dispôs para consultas e perguntas. O Presidente pediu a palavra e destacou que estão a mercê da ANEEL se pronunciar a respeito da regulamentação. O conselheiro Mesquita pediu a palavra e questionou o consultor sobre o P&D que é o dinheiro para pesquisa e desenvolvimento, entendeu que cortarão todo o dinheiro que as concessionárias disponibilizam. Informou que no dia 30 de setembro a Energisa o convidou para o projeto P&D, questionou se esse dinheiro que tem disponível para fazer o projeto ela vai poder fazer só 70% ou 30% para o aporte. O consultor explicou que a concessionária vai poder destinar 70% e 30% vai para CDE. Ratificou que falta a regulamentação por parte da ANEEL, mas como tem na medida provisória a ressalva de não haver comprometimento com projetos em andamento acredita que a ANEEL deve avaliar se têm projetos bons dentro da regra, RCB 08. Explanou que esse tipo de detalhes a MP não traz, ela limitou, mas não impediu de se usar mais em função dessa ressalva. O conselheiro Mesquita pediu a palavra e informou que não se lembra do valor que a Energisa Mato Grosso disponibiliza para P&D e em uma reunião em

Curitiba teve uma pessoa que informou que as concessionárias estavam usando esse P&D com a finalidade de projeto de energia solar. O consultor Jenner esclareceu que no atual ciclo tarifário o valor de P&D da EMT é de R$ 44.866.000 quase R$ 45.000.000 disponíveis teoricamente para serem usados no ano de 2020. Evidenciou que 70% de R$45.000.00,00 equivale a R$ 31.500.000, sendo assim os projetos não serão prejudicados e ainda sobrará dinheiro. O conselheiro Mesquita perguntou aonde fica esse dinheiro. O consultor explicou que fica com um fundo do Governo. O conselheiro Mesquita acrescentou que então não há motivos de reprovação de projetos, pois com o dinheiro deveriam ajudar as escolas técnicas, universidades a pesquisarem sistema de ar condicionado moderno. Destacou que não tem visto nenhuma divulgação por parte da concessionária sobre quais foram os P&D aprovados. O Presidente Belisário informou que a universidade sendo a parte interessada tem que fazer essa solicitação se for o caso junto a ANEEL. Sugeriu que a Universidade encaminhe um ofício ao CONCEL para que possam verificar em Brasília e após isso analisar se poderão liberar uma parte desse recurso. O conselheiro Mesquita sugeriu ao Presidente solicitar à Energisa os projetos de P&D que a foram aprovados no exercício de 2020. O Presidente solicitou que o Secretário Executivo anotasse propositura do conselheiro Mesquita para depois discutirem juntos. O consultor Jenner sugeriu que o CONCEL também fizesse um treinamento sobre como ANEEL avalia projetos de P&D. Acrescentou que alguns anos atrás fez um levantamento para tentar avaliar o que era P e o que que era D desse recurso e identificou que é totalmente desproporcional, pois era algo 85% de desenvolvimento e 15% de pesquisa. Explicou que essa é uma condição que acaba impedindo um pouco as Universidades, principalmente as locais, de fazerem pesquisas e mais uma vez se dispôs a sanar dúvidas. O Presidente retomou a palavra agradeceu a apresentação do Consultor Jenner e dando seguimento na reunião retornou no **item ii)** da pauta para o Secretário Executivo explicar sobre o assunto. O Sr. Sebastião informou que baseado nas sugestões dadas pelo conselheiro Teomar foi verificado com as áreas da empresa que afeta os temas. Frisou que precisará da validação dos conselheiros em relação as datas, mas que está praticamente distribuído faltando confirmação de uma ou outra área. Apresentou o cronograma com os temas e datas, destacou que ficaram 4 temas para o dia 27 de outubro sendo 2 de manhã e dois a tarde e outros 4 temas no dia 10 de novembro sendo horário integral. O Presidente retomou a palavra e ressaltou que considerando o momento de pandemia não vê empecilho de aprovar a programação apresentada pelo secretário e pediu para os demais conselheiros ratificarem as datas. O conselheiro Mesquita pediu a palavra e informou que alguns dias atrás conversou com o engenheiro Gabriel do DECP e soube que hoje a Energisa faz medição centralizada através de um equipamento instalado no centro de Cuiabá e Várzea Grande e afirmou que não conhece nada sobre isso. Apontou que esse equipamento não precisa do leiturista, ele consegue fazer o corte, religamento e emite a fatura. Solicitou que o Secretário executivo falasse com o engenheiro Gabriel para palestrar sobre o equipamento. O Presidente Belisário sugeriu que o tema fosse apresentado no primeiro semestre de 2021 para ter mais tempo para estudarem. O Secretário Executivo complementou que parte do processo que o conselheiro Mesquita mencionou está com o DECP e a outra parte é coletada por outra coordenação em Paraíba. O conselheiro Teomar pediu a palavra e sugeriu deixar um assunto específico pra isso. Frisou que a telemedição não tem nenhuma novidade e é um ato já feito há muito tempo por grandes empresas. Destacou que a telemedição é utilizada para grandes consumidores, pois não compensa usá-la para consumidores menores. O Presidente prosseguiu para o **item iii** da pauta e leu o ofício de resposta emitido pela EMT.

Solicitou ao conselheiro Mesquita levar a resposta do ofício ao conhecimento da construtora Lúmen. O conselheiro Mesquita agradeceu ao conselho por ter dado importância à reclamação da construtora e por ter conseguido resposta por parte da distribuidora. O Presidente retomou a palavra seguiu para o **item iv** da pauta que refere-se ao PAM 2021. Questionou se o conselheiro Marco Antônio poderia acrescentar algo sobre o PAM. O conselheiro Marco informou que havia comentado de fazer o PAM, mas infelizmente está passando por um momento crítico que o impossibilita. Se dispôs a ajudar na elaboração do que for preciso e reforçou a importância de designar alguém para fazer. O Presidente Belisário sugeriu reunir-se com o secretário executivo mais o conselheiro Ênio para a elaboração do Plano Anual de Metas. O Secretário executivo informou que no ano anterior diante da viagem do conselheiro Marco Antônio para tratamento foi feito uma reunião com os demais conselheiros na Energisa para adiantar a atualização do PAM e na sequência ficou com o conselheiro Benedito para finalização. Enfatizou que é um assunto que dê conhecimento dos conselheiros e que não tem conhecimento suficiente para fazer essa elaboração. O Presidente lembrou da reunião que foi realizada no ano anterior questionou se o conselheiro Benedito havia deixado algum rascunho com o secretário. O secretário afirmou que tem rascunho do ano anterior. O presidente informou que devido não houver custos e despesas irão considerar a situação anterior. O secretário ressaltou que fará as sugestões e mandará para os conselheiros aprovarem. O conselheiro Mesquita pediu a palavra se dispôs a ajudar no que precisar. O presidente questionou as ausências do conselheiro Benedito em reuniões e informou que deverá mandar o suplente, mas o assunto será discutido na próxima reunião. E seguiu para o **item vi** da pauta. Perguntou ao secretário executivo quais são os ofícios encaminhados às autoridades e pra quem foi mandado. O secretário informou que foi encaminhado pra Assembleia Legislativa, OAB/MT, Câmara de Vereadores, Defensoria Pública, CREA/MT, Procuradoria Geral e Ministério Público. O conselheiro Marco Antônio pediu a palavra e informou que não recebeu estes ofícios por e-mail. O Presidente respondeu que o ofício foi discutido e aprovado na reunião anterior e logo após foi encaminhado pelo correios às entidades. O conselheiro Marco pediu uma cópia por e-mail para relembrar. O Presidente pediu para que todos os documentos recebidos no conselho sejam encaminhados a todos conselheiros indistintamente. Prosseguiu para o último item da pauta e questionou se algum conselheiro teria alguma consideração a ser feita. O conselheiro Teomar pediu a palavra e informou que na reunião passada o conselheiro Marco fez uma indagação ao Fábio da Energisa para quando estaria previsto a construção da subestação 138kv em Poxoréu. Ressaltou que o planejamento trabalha com visão de longo prazo e em algum momento terá uma data para a criação da subestação de 138kv em Poxoréu. Considerou que o secretário Sebastião poderia verificar com a área de planejamento para ver se consta nos planos da EMT a criação da subestação e em que ano. O Presidente sugeriu ao conselheiro Teomar elaborar um ofício relatando parte técnica do assunto e trazer na próxima reunião para que seja discutido com os demais conselheiros. O conselheiro Teomar informou que só precisa da informação e solicitou que o secretário entre em contato com o representante da EMT e trazer uma definição na próxima reunião. O conselheiro Ênio pediu a palavra e destacou que é importante a confecção de um ofício para encaminhar à EMT solicitando a informação destacada pelo conselheiro Teomar. O conselheiro Marco sugeriu solicitar a distribuidora o plano de ação nos próximos 5 anos. O Presidente informou que agendará uma reunião com os conselheiros para elaborar o ofício a ser encaminhado a distribuidora. Todos os conselheiros presentes concordaram. O Presidente Edvaldo Belisário agradeceu a

presença de todos, dando-se por encerrada a reunião às 15h38min, e eu Renata Virgínia Sartoreli de Almeida Campos, Assistente Administrativa do CONCEL-MT, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, segue assinada pelo secretário e pelo Presidente, conforme orientação da Aneel e Regimento Interno deste Conselho.

FAMATO: _____

Edvaldo Belisário dos Santos
Conselheiro Titular e Presidente em Exercício

PELA ENERGISA - MT: _____

Sebastião Carlos de Souza
Secretário Executivo do CONCEL/MT

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: REPRESENTANTE DA FAMATO	SECRETÁRIO EXECUTIVO